



Os números mostram que há dinheiro!

Atender às reivindicações dos trabalhadores do Centro é questão de vontade política do governo Alckmin.

Sem retorno, nossa resposta será a mobilização!

A partir de 13/4, assembleias setoriais devem discutir a greve

Trabalhadore da capital e do interior compareceram ao ato público que lançou a campanha salarial deste ano, no dia 29/3, em frente à Administração do Ceeteps. Uma comissão com representantes de todas as regiões presentes ao ato e um diretor do DCE das FATECs, sob a coordenação da presidente do Sinteps, Silvia Elena de Lima, foi recebida pela superintendente, professora Laura Laganá.

Silvia entregou a ela um estudo feito pela Diretoria Executiva do Sinteps, a partir de dados da lei orçamentária do estado, do orçamento do Centro e de decretos, todos à disposição para consulta pública. “Os números mostram que há recursos para conceder o reajuste e as principais reivindicações dos trabalhadores”, enfatizou Silvia. Nas páginas 2 e 3 deste boletim, confira detalhes do estudo.

Os próximos passos na mobilização são os seguintes:

- **12/4:** Reunião entre Direção do Sinteps, Superintendência do Ceeteps e Secretaria de Desenvolvimento, para debate sobre nossas reivindicações.

- **A partir de 13/4:** Assembleias setoriais nas unidades. Já de posse dos resultados da reunião do dia 12/4, quando saberemos a resposta às nossas reivindicações, os trabalhadores devem decidir se iremos à greve neste ano (os resultados das assembleias devem ser enviados para sinteps@uol.com.br).



- **Ida às Câmaras de Vereadores:** Os trabalhadores devem procurar as Câmaras Municipais para solicitar apoio de todos os partidos à nossa Pauta de Reivindicações (no site do Sinteps, no item “Fique por dentro” – “Data-base 2016”, acesse modelo de moção). As moções colhidas devem ser enviadas para sinteps@uol.com.br

É hora de luta!

Além do reajuste de 27,88% para todos e a equiparação dos administrativos aos pisos pagos

na Unesp, temos algumas reivindicações que são centrais para nossa categoria, entre elas: a implantação do plano de saúde, a extensão da promoção por titulação para os administrativos e auxiliares docentes, a licença-maternidade de 180 dias para as celetistas, as correções na carreira, a jornada de trabalho para os docentes, o reajuste no vale-alimentação e outras. A situação precária das unidades, que penam com a falta de estrutura, com a merenda insuficiente nas poucas escolas que a oferecem (mesmo com a implantação do ETIM, que mantém os estudantes o dia todo na unidade, a merenda não é garantida) etc., também está no foco da campanha salarial.

Porém, se dependermos da “boa vontade” da superintendência do Ceeteps e do governo Alckmin, vamos amargar mais um ano sem reajuste e sem o atendimento das nossas principais reivindicações. Para virar esse jogo, temos que apostar na mobilização e na luta! Em ano eleitoral, Alckmin & Cia. devem ficar mais sensíveis se formos para a rua!

Confira a íntegra das reivindicações no site do Sinteps (www.sinteps.org.br), em “Fique por dentro” – “Data-base 2016”

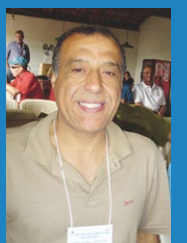


Estudo do Sinteps comprova: Governo pode pagar nossas justas reivindicações

Págs. 2 e 3

Companheiro Salvador: Presente

Pág. 4



Atenção, docentes: Dicas importantes sobre o acúmulo

Pág. 4

Bônus: Se está na lei, o governo tem que pagar! Pág. 4



Estudo do Sinteps mostra onde está o dinheiro

As reivindicações da data-base cabem no orçamento do Ceeteps? E a grave crise econômica do país?

Estamos em data-base, ou seja, aquele período do ano que o nosso empregador deveria negociar com o Sindicato as nossas reivindicações. Certamente, a categoria se pergunta se a pauta que apresentamos ao Centro e ao governo (muita justa e elogiada por muitos) pode se tornar realidade ou é apenas mais uma “utopia do Sindicato”

Afinal, o que os trabalhadores assistem, ouvem e leem todos os dias é que enfrentamos uma grave crise econômica, que o desemprego assola o país e que devemos “dar graças a Deus” por ter emprego.

Mas, será que é assim mesmo?

Não entraremos no mérito do orçamento federal, visto que nosso empregador é o governo do estado de São Paulo. Portanto, são os números de arrecadação do estado de São Paulo que entram na balança na hora da definição do nosso reajuste, do enquadramento para todos, da equiparação dos pisos do pessoal administrativo aos pagos pela Unesp, da implantação do plano de saúde institucional e das outras demandas apresentadas pela categoria na Pauta de Reivindicações da Data-Base de 2016.



Ano	LOA (R\$) Lei Orçamentária Anual	Arrecadado pela Secretaria da Fazenda (R\$)	Diferença (R\$)
2010 Lei 13.916/09	125.705.696.614,00	149.373.064.469,30	23.667.367.855,30
2011 Lei 14.309/10	140.723.564.343,00	159.225.823.532,20	18.502.259.189,20
2012 Lei 14.675/11	156.698.055.050,00	172.866.153.793,43	16.168.098.743,43
2013 Lei 14.925/12	173.448.364.017,00	196.875.515.667,48	23.427.151.650,48
2014 Lei 15.265/13	189.112.038.732,00	209.486.514.330,74	20.374.475.598,74
2015 Lei 15.646/14	204.879.492.272,00	218.966.501.139,32	14.087.008.867,32
2016 Lei 16.083/15	207.169.365.868,00	56.737.727.435,56*	
Diferença total entre o previsto em lei e o arrecadado de 2010 a 2015			116.226.361.904,47

*Valor arrecadado até 31/03/2016 (primeiro trimestre), consultado em 04/04/2016. Se multiplicarmos esse valor por 4 (o ano todo), é possível prever uma arrecadação da ordem de 227 bilhões.

Iniciemos pelos orçamentos do estado de São Paulo

Os dados foram extraídos dos sites da Secretaria da Fazenda, Portal da Transparência/ SIGEO (Sistema Integrado de Gerenciamento da Execução Orçamentária) e da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Então, analise você mesmo:

Todos os anos, o governo encaminha para discussão e votação na Assembleia Legislativa uma lei que organiza o Orçamento Anual – chamada de Lei Orçamentária Anual – LOA. Nesta lei, o governo diz tudo o que prevê arrecadar e, diante desta arrecadação, distribui suas receitas para as diversas

secretarias, autarquias e empresas do estado.

Compare os dados de previsão de arrecadação (LOA) de cada ano com o valor efetivamente arrecadado, em cada ano respectivo, de acordo com a Secretaria da Fazenda. Em todos os anos, o governo arrecada mais do que prevê na LOA e, em tese, este excesso de arrecadação deveria ser repassado aos orçamentos das secretarias, autarquias e empresas do estado.

Em relação aos demais, não sabemos. Mas, para o Ceeteps, muito pouco ou quase nada deste valor foi repassado em anos anteriores; nos últimos anos, até foi retirado!

Vejamos agora os dados do orçamento do Ceeteps

Ano	Orçamento inicial do Ceeteps Evolução (R\$)	Orçamento liquidado (R\$)
2010 Lei 13.916/09	Total: 1.003.151.051,00 Pessoal: 573.376.782 Custeio: 229.770.639 Investimentos: 200.003.630	Total: 1.215.357.357,18 Pessoal: 641.085.987,02 Custeio: 289.676.936,19 Investimentos: 284.594.433,97
2011 Lei 14.309/10	Total: 1.250.534.184,00 Pessoal: 764.936.392 Custeio: 277.597.792 Investimentos: 208.000.000	Total: 1.339.235.460,27 Pessoal: 824.066.320,06 Custeio: 325.905.173,50 Investimentos: 189.263.966,71
2012 Lei 14.675/11	Total: 1.327.473.055,00 Pessoal: 887.115.885 Custeio: 223.357.170 Investimentos: 217.000.000	Total: 1.339.469.842,21 Pessoal: 913.441.291,77 Custeio: 263.377.821,59 Investimentos: 162.650.728,85

Até 2013 o orçamento do Ceeteps vinha se comportando dentro da normalidade, considerando que em 2010 houve ingresso de muitos trabalhadores por concurso; em 2011 fizemos greve e tivemos reajuste de 11%; em 2012, o reajuste foi de 10,2% e em 2013 o reajuste foi de 8,12%.

Ano	Orçamento Inicial do Ceeteps Evolução (R\$)	Orçamento liquidado (R\$)
2013 Lei 14.925/12	Total: 1.672.731.613,00 Pessoal: 1.081.892.024 Custeio: 300.969.569 Investimentos: 289.870.020	Total: 1.852.398.791,46 Pessoal: 1.235.646.321,47 Custeio: 376.440.889,12 Investimentos: 240.311.580,87

A partir de 2014, a história se inverte. Mesmo com o governo arrecadando mais do que previu na Lei Orçamentária Anual (LOA), os valores previstos inicialmente para o Ceeteps foram reduzidos!!!

Ano	Orçamento Inicial do Ceeteps Evolução (R\$)	Orçamento liquidado (R\$)
2014 Lei 15.265/13	Total: 1.843.598.055,00 Pessoal: 1.279.561.932 Custeio: 333.664.053 Investimentos: 230.372.070	Total: 1.770.041.645,96 Pessoal: 1.276.777.637,94 Custeio: 371.949.826,39 Investimentos: 121.314.181,63
2015 Lei 15.646/14	Total: 2.098.501.134,00 Pessoal: 1.434.144.581,00 Custeio: 385.289.433,00 Investimentos: 279.067.120,00 <i>*Já com as emendas de 55 milhões para investimentos e 3,216 milhões para custeio – verba assistência estudantil</i>	Total: 1.876.585.319,47 Pessoal: 1.465.452.006,92 Custeio: 333.927.605,71 Investimentos: 77.205.706,84
2016 Lei 16.083/15	Total: 2.226.173.864,00 Pessoal: 1.665.603.722,00 Custeio: 348.595.211,00 Investimentos: 211.974.791,00 <i>*Já com as emendas para investimentos (faltando 26 milhões) e 3,6 milhões para custeio – verba assistência estudantil</i>	Total: 299.675.305,45 Pessoal: 246.196.372,73 Custeio: 52.388.859,83 Investimentos: 1.090.072,89

Sem considerar que houve excesso de arrecadação (o governo arrecadou em termos nominais mais do que previu arrecadar), ainda assim, o governo deve ao Ceeteps, também em termos nominais:

R\$ 73.556.409,04 (referente ao ano de 2014)
R\$ 221.915.814,53 (referente ao ano de 2015)

Isto totaliza R\$ 295.472.223,57 e é muito dinheiro!!!

E ainda faltam 26 milhões relativos às emendas que o Sinteps conquistou indo em todas as audiências públicas da Comissão de Finanças e Orçamento e que não foram incluídas (apesar de aprovadas) no orçamento do Ceeteps para o ano de 2016.

Então, só aí o governo deve ao Ceeteps R\$ 320 milhões !!!

Estudemos agora apenas o orçamento de 2016 e nossas reivindicações

No início do ano, o governador baixou o Decreto Estadual 61.802/2016, estabelecendo limites financeiros para aplicação em cada um dos itens do orçamento de cada unidade do estado. Para o Ceeteps, o decreto estabelece os valores descritos na tabela abaixo. Na primeira coluna (Gastos previstos com Pessoal/De acordo com o Decreto 61.902/2016), temos o que poderia ser gasto pelo Centro com Pessoal. Na segunda coluna (Pessoal/Folha), temos o que foi efetivamente gasto nos meses de janeiro, fevereiro e março; a partir de junho, fomos inserindo as nossas reivindicações (o reajuste de 27,88% para todos; o enquadramento por titulação para todos e a equiparação dos pisos dos Administrativos à Unesp), como segue:

	Gastos previstos com Pessoal (De acordo com o Decreto 61.902/2016)	Pessoal/Folha
Janeiro	133.445.745,00	50.571.951,79 (SIGEO)
Fevereiro	133.445.745,00	108.591.027,15 (SIGEO)
Março	133.445.745,00	87.033.393,79 (SIGEO)
Abril	133.445.745,00	108.591.027,15*
Maio	133.445.745,00	108.591.027,15*
Junho	133.445.745,00	138.866.205,52#
Julho	133.445.745,00	138.866.205,52#
Agosto	133.445.745,00	151.364.164,02**
Setembro	133.445.745,00	151.364.164,02**
Outubro	133.445.745,00	151.364.164,02**
Novembro	133.445.745,00	151.364.164,02**
Dezembro	197.700.527,00	151.364.164,02**+ 124.827.638,18 (13º) + 41.609.212,73 (1/3 de férias)
Total	1.665.603.722,00 (Previsto em lei)	1.664.368.509,08
Contingenciado	0	
Sobra 2015	25.819.714,48	
Disponível	1.691.423.436,48	
Sobra		27.054.927,40

* Valores estimados
Valores com reajuste de 27,88% para todos
** Valores com o enquadramento por titulação para todos, após o reajuste

Ou seja, duas das reivindicações (reajuste e enquadramento por titulação para todos) podem perfeitamente ser atendidas sem qualquer esforço orçamentário. E ainda sobram R\$ 27.054.927,40 milhões. Considerando que os valores são estimados, seria possível iniciar a adequação da equiparação dos pisos do pessoal administrativo à Unesp ainda neste ano.



Benefícios

	Gastos previstos com Custeio (De acordo com o Decreto 61.902/2016)	Custeio
Janeiro	26.223.408,00	6.114.861,06 (SIGEO)
Fevereiro	26.223.408,00	21.572.305,03 (SIGEO)
Março	26.223.408,00	21.614.490,40 (SIGEO)
Abril	26.223.408,00	21.614.490,40*
Maio	26.223.408,00	21.614.490,40*
Junho	26.223.408,00	21.614.490,40*
Julho	26.223.408,00	21.614.490,40*
Agosto	26.223.408,00	21.614.490,40*
Setembro	26.223.408,00	21.614.490,40*
Outubro	26.223.408,00	21.614.490,40*
Novembro	26.223.408,00	21.614.490,40*
Dezembro	26.241.032,00	21.614.490,40*
Total (soma dos meses)	314.698.520,00	243.832.070,09*
Total previsto na Lei 16.083/2015	348.595.351,00	

* Valores estimados

Em resumo

A	Custeio previsto em lei	348.595.351,00	De acordo com a LOA
B	Custeio estimado	243.832.070,09	
C	Subtotal (A – B)	104.763.280,91	Este é o valor estimado de sobra em 2016
D	Sobra do ano fiscal 2015	9.159.449,76	
	Disponível (C + D)	113.922.730,67	Este é o valor que sobra para aplicar em nossas reivindicações

As nossas reivindicações (Benefícios)

Plano de Saúde Institucional: Custo individual R\$ 367,00 (preço médio de mercado)

Nº de trabalhadores	13.500	Estimativa de adesão
Preço Individual	367,00	Operadora Amil
Total mensal	4.954.500,00	
Total anual	34.681.500,00	A partir de junho, com implantação em maio
Participação institucional	R\$ 27.745.200,00	80%

Vale-alimentação de R\$ 20,00 para todos

Nº trabalhadores	19.800	
Preço Individual	20,00	
Total mensal	8.681.640,00	
Total anual	R\$ 60.771.480,00	A partir de junho, com implantação em maio

Auxílio Alimentação de R\$ 800,00 para todos

Nº trabalhadores	19.800	
Preço Individual	800,00	
Total mensal	15.784.800,00	
Total anual	R\$ 110.493.600,00	A partir de junho, com implantação em maio

A + B + C = 27.745.200,00 + 60.771.480,00 + 110.493.600,00 = R\$ 199.010.280,00

Considerando que faltam R\$ 26 milhões no orçamento do Ceeteps, referentes às emendas aprovadas pela Comissão de Finanças e Orçamento, as três reivindicações de benefícios são possíveis. (113.922.730,67 + 26.000.000,00 = R\$ 139.922.730,67).

Assim, o governo nem precisa devolver tudo o que nos deve para aceitar as reivindicações prioritárias da data-base 2016

Considerando ainda que várias outras sequer têm impacto financeiro imediato, como o fim das avaliações de desempenho, a adoção da licença maternidade de 180 dias também para as celetistas e a implantação do regime de jornada para os docentes, os trabalhadores devem aderir às mobilizações para que conquistemos nossas reivindicações!

Direitos

Redução da carga horária devido ao acúmulo: Atenção às dicas do Sindicato

A questão do acúmulo de cargos continua dando dor de cabeça a muitos professores do Ceeteps. Em algumas unidades, os docentes que acumulam cargos estão sendo pressionados a fazer redução voluntária das aulas que ultrapassem 64 horas de trabalho semanal, levando em consideração que o tempo de duração das aulas é de 60 minutos, mais 30%, de horas atividades.

Mesmo com toda a argumentação exposta pelo Sinteps, que comprovou a ilegalidade desta conta, uma vez que a Constituição Federal nada dispõe sobre a quantidade de horas para a legalidade do acúmulo e, sim, a compatibilidade de horários entre os cargos acumulados, o problema continua.

Assim, o Sindicato está ajuizando ações individuais questionando a postura do Centro. A orientação é que os prejudicados entrem com o processo. Para ampliarmos as chances de vitória, o ideal é enviar uma cópia do termo



de redução de aulas (voluntária ou involuntária) em função do acúmulo, para demonstrarmos aos juízes que o prejuízo já aconteceu. Para mais informações, envio da documentação e do termo de redução, escreva para **juridico@sinteps.org.br**, com Rafaela.

Importante

Lembrando que a orientação do Sinteps aos docentes é que em hipótese alguma devem assinar redução VOLUNTÁRIA de aulas, pois não se trata disso. Se for preciso assinar algo, deve ser uma redução INVOLUNTÁRIA, pois assim o docente terá prioridade na recomposição de carga no semestre subsequente.

O Bônus e os trabalhadores do Ceeteps: Se está previsto em lei, tem que ser pago!

Como acontece todos os anos, entre os meses de março e abril, muitos trabalhadores procuram o Sinteps – via e-mail, Face, telefone etc. – para saber sobre o pagamento do bônus na instituição. Questionada pelo Sinteps sobre o assunto, a superintendente, professora Laura Laganá, disse que ainda não recebeu nenhuma orientação da Secretaria de Desenvolvimento. Ela frisou que tem recursos suficientes para um bônus que corresponderá à metade do que foi pago no ano passado, que foi de 1,4 folha salarial – portanto, máximo de 0,7 folha salarial – mas

que aguarda a posição do governo. Os representantes do Sindicato reforçaram a ela que a entidade é contrária à política de bonificação, pois entende que é preciso valorizar os salários, mas que suspender o bônus agora, quando a categoria conta com ele, é um golpe inaceitável. Por mais nefasta que seja a política do bônus, não podemos aceitar mais este confisco. Já que está previsto em lei, deve ser pago.



Leia mais sobre o bônus no site:
www.sinteps.org.br

Expediente

Órgão Informativo do SINTEPS - Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de SP.
Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro. Cep 01124-060 - São Paulo - SP.

Endereço de correspondência: Caixa Postal 13.850, Cep 01216-970 - SP/SP - Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.
E-mail: sinteps@uol.com.br Site: <http://www.sinteps.org.br>
Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458 - bah0609@bol.com.br) - Tiragem desta edição: 5.000 exemplares

Companheiro Salvador, presente!

No dia 24/3/2016, perdemos um grande companheiro. Faleceu Salvador dos Santos Filho, uma das principais figuras na história do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, o nosso Sinteps.

Militante ativo desde a primeira hora como trabalhador do Ceeteps, Salvador foi membro da Diretoria Executiva do Sinteps por cinco mandatos (1994/1997, 2003/2006, 2006/2009, 2009/2012 e na gestão atual).

Peça chave na organização da categoria desde o surgimento das primeiras entidades representativas no Centro, protagonizou uma história de vida inspiradora. Cabe a ele papel central na idealização do Sinteps, unindo os trabalhadores do Centro em uma única luta.

Apaixonado pela escrita, nos deixa textos e poesias diversos. Em parceria com Silvia Elena de Lima e Clovis Roberto dos Santos Filho, Salvador escreveu o livro "Os (des)caminhos da Educação Profissional e Tecnológica no estado de São Paulo", publicado pelo Sinteps no final de 2008.

O Sinteps solidariza-se com os familiares e amigos do companheiro Salvador e rende suas homenagens a ele contando um pouquinho de sua rica trajetória.

Um militante da educação

Salvador cursou o ensino profissionalizante, hoje correspondente ao ensino técnico de segundo grau, numa das escolas que foi incorporada ao Ceeteps em 1982 e que se transformou numa de suas mais sólidas e tradicionais unidades: a ETE Júlio de Mesquita, localizada na cidade de Santo André. Anos depois, em 1987, a ela voltaria como bibliotecário concursado. Coube a ele a tarefa de instalar a biblioteca na escola.

Sua atuação junto à Comissão Central de Avaliação, que muito trabalhou para a aplicação da carreira dos servidores da Unesp aos servidores do Ceeteps, de acordo com a Resolução 33/87, repercutiu na eleição de Salvador para secretário-geral da Associação dos Servidores do Centro Paula Souza (ASPS), em 1989.

Foi um período de intensa disputa interna, que lhe propiciou uma aproximação com o recém-criado Fórum das Seis, composto pelas associações de docentes e de funcionários da USP, Unicamp e Unesp. Por conta disso, passou a participar de negociações salariais com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), uma vez que o índice acordado valia tanto para as universidades quanto para o Ceeteps, por força do vínculo com a Unesp.

Em 1991, concorreu como presidente nas eleições para a ASPS e foi eleito. Foram mais dois anos de intensa luta, juntamente com a associação dos docentes das escolas técnicas e a associação dos docentes das faculdades de tecnologia, respectivamente a Adeteps e a Adfatec, que se uniram durante a primeira eleição direta para Superintendente, em 1992. A democracia, a duras penas, parecia ter se instalado no Centro Paula Souza. No entanto, em 1995, com a vitória do PSDB e a posse do governador Mário Covas, teria início um período de intervenção no Centro, que se estende aos dias de hoje.

Em 1993, da fusão entre a ASPS e a Adeteps, surgiria o Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, o Sinteps, no qual Salvador sempre esteve na linha de frente.

Fica o exemplo de homem corajoso, combativo e comprometido com os trabalhadores. Ficam muitas saudades, companheiro Salvador.

